



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE CARBONO EFICIENTE DA BM&FBOVESPA

FRANCISCA FRANCIVANIA RODRIGUES RIBEIRO MACEDO
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ
francymacedo2011@gmail.com

MARIA MACILÉYA AZEVEDO FREIRE
macileya@hotmail.com

ANTÔNIO RODRIGUES ALBUQUERQUE FILHO
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ
antoniofilhoufc@hotmail.com

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE CARBONO EFICIENTE DA BM&FBOVESPA

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente (ICO2) da BM&FBovespa. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados, em uma amostra que compreendeu 28 companhias. Foram utilizadas informações constantes no sítio da BM&FBovespa, especificamente, no balanço patrimonial e nas notas explicativas, analisadas uma a uma, ao longo dos anos de 2010 a 2015. Os resultados demonstraram que as empresas do mercado tradicional apresentaram valores mais representativos quanto aos montantes de ativos intangíveis, enquanto as do novo mercado registraram maior representatividade dos ativos intangíveis no ativo total e fixo. Observou-se ainda que, os intangíveis mais evidenciados nos relatórios contábeis foram *softwares*, *ágio*, *marcas* e *patentes*, *contratos de concessão* e outros intangíveis. Constatou-se, dentro do período em análise, que houve um registro ascendente na divulgação de ativos intangíveis na categoria *marcas* e *patentes*, *ágio* sobre investimento e *carteira de clientes*. Ao final, concluiu-se que tais empresas vem aumentando gradativamente o registro dos ativos intangíveis em seus balanços, refletindo positivamente na qualidade da informação contábil.

Palavras-chave: Composição. Ativos intangíveis. Empresas do ICO2.

ANALYSIS OF THE COMPOSITION OF INTANGIBLE ASSETS OF LISTED COMPANIES TABLE OF CARBON EFFICIENT BM & FBOVESPA

ABSTRACT

This study aimed to analyze the composition of the intangible assets of companies listed on carbon efficient index (ICO2) of BM & FBovespa. To this end, there was descriptive, conducted through document analysis and quantitative analysis of data in a sample which comprised 28 companies. the information was used in place of the BM & FBovespa, specifically in the balance sheet and notes, analyzed one by one, over the years 2010 to 2015. The results showed that companies in the traditional market showed more representative values the amounts of intangible assets, while the new market registered greater representation of intangible assets in total assets and fixed. It was also observed that the most intangible evidenced in the accounting reports were software, goodwill, patents and trademarks, concession contracts and other intangibles. It was found within the period under review, there was an upward record in the disclosure of intangible assets in the category trademarks and patents, investment on goodwill and customer base. Finally, it was concluded that such companies is gradually increasing the registration of intangible assets on their balance sheets, reflecting positively on the quality of accounting information.

Keywords: Composition. Intangible assets. ICO2 companies.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade premente de maior qualidade e confiança nas informações contábeis, aliado a exigência contínua na busca por novas formas de geração de valor, vem induzindo as empresas a empreender em seu ambiente e em seus processos, características que ofereçam vantagens competitivas (PEREZ; FAMÁ, 2006).

Os ativos intangíveis, de acordo com Kayo et al. (2006), vem crescendo em importância na formação de valor da empresa. Os autores mencionam que a justificativa para a relevância em evidenciar-se tais ativos, dá-se justamente porque os potenciais investidores, valorizam sobremaneira, a inserção, no balanço patrimonial, de ativos intangíveis como marca, inovação, ativos humanos, dentre outros.

Perez e Famá (2006), Machado e Famá (2011), Decker et al. (2013), Leite e Santos (2013), Marin, Liszbinski e Kronbauer (2015) consideram os ativos intangíveis como ativos invisíveis, intelectuais, tratados como sendo diretamente ligados a geração de valores, ao direito de benefícios futuros, mas, que não possuem corpo físico ou financeiro.

No Brasil, desde o processo de harmonização da contabilidade local às normas e padrões internacionais (concretizado por meio da Lei nº 11.638/2007), o processo de registro dos ativos intangíveis no balanço patrimonial das empresas brasileiras, tornou-se elemento obrigatório, devendo figurar dentro do ativo não circulante.

Diante do exposto, percebe-se que as empresas agem em prol de maximizar seus benefícios e terem suas práticas legitimadas pela sociedade em geral e pelos investidores. Outra atitude que corrobora tal assertiva é o fato de algumas organizações fazerem parte de carteiras de índices da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). Tais índices auxiliam os investidores a decidirem em qual entidade irão fazer seu aporte de recursos, tendo em vista que, são indicadores de desempenho de um conjunto de ações, portanto, os ajuda a entender melhor algumas práticas adotadas pelas empresas que os compõem.

Dentre os índices da BM&FBovespa, tem-se o Índice Carbono Eficiente (ICO2), o qual é formado por “empresas que se comprometeram a participar da iniciativa da adoção de ações transparentes relacionadas às emissões de gases de efeito estufa (GEE), medindo a eficiência das mesmas quanto a emissão de carbono” (BM&FBOVESPA, 2015).

Lima et al. (2014), mencionam que as empresas do ICO2 levam em consideração o volume de emissão e o faturamento bruto, possibilitando às empresas participantes pleitear um benefício econômico e, conseqüentemente, propicia a valorização de suas ações.

Os autores ainda esclarecem que o fato das empresas participarem da carteira do ICO2, reflete em uma captação de recursos a um custo menor, atuando assim como uma vantagem competitiva, além de incitar uma maior confiabilidade de suas informações, gerando com isso, um interesse maior por parte dos acionistas, principalmente no tocante a seus ativos intangíveis.

Destarte, dada a deferência da temática, eis que surgiu o questionamento da pesquisa: Qual a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente (ICO2) da BM&FBOVESPA? Para responder à pergunta da pesquisa, traçou-se como objetivo analisar a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente (ICO2) da BM&FBOVESPA.

A importância desta pesquisa pode ser observada ao ler-se a afirmação de autores como Barbosa et al. (2013), Cassimiro Lima et al. (2014) e Souza et al. (2014). Tais autores constataram em seus estudos que o índice de carbono eficiente (ICO2), tem contribuído para a criação de investimentos levando em consideração as práticas de sustentabilidade e rentabilidade, as quais são fatores determinantes na geração de valor.

A justificativa para realização deste estudo decorre, dentre outros, do fato dos ativos intangíveis serem um diferencial competitivo que atribuem valor ao negócio (PEREZ; FAMÁ, 2006; KAYO et al., 2006; MARIN; LISZBINSKI; KRONBAUER, 2015) e que, portanto, precisam ser registrados criteriosamente pelas empresas. Ademais, por serem um importante fator de diferenciação das empresas, os ativos intangíveis vem despertando interesse de diversos pesquisadores, a exemplo de estudos como o desenvolvido por Machado e Famá (2011), Decker et al. (2013), Viviani et al. (2014), Marin, Liszbinski e Kronbauer (2015), dentre outros.

Aliado a isso, uma vez que, a preocupação com o meio ambiente e com o aquecimento global é o grande desafio enfrentado pela humanidade neste século, tratar sobre o Índice

Carbono Eficiente, cujo principal objetivo é “incentivar as empresas emissoras das ações negociadas a aferir, divulgar e monitorar suas emissões de GEE” (BM&FBOVESPA, 2015), mostra-se como um assunto relevante.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção traz os posicionamentos teóricos e empíricos que serviram de base para o desenvolvimento da linha de raciocínio da pesquisa. Inicialmente, apresentam-se ponderações sobre os ativos intangíveis. Na sequência, trazem-se informações sobre os critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis. Por último, evidenciam-se estudos anteriores que abordaram a temática em análise.

2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

O interesse no estudo dos ativos intangíveis vem aumentando consideravelmente ao longo dos anos e, essa ascendência deve-se ao acréscimo de valor que tais ativos proporcionam na geração de riquezas das empresas (KAYO; TEH; BASSO, 2005).

Contudo, apesar de ser assunto em pauta nas entidades do Brasil e do mundo, bem como, em diversas pesquisas científicas (como por exemplo, MARIN; LISZBINSKI; KRONBAUER, 2015), a conceituação e caracterização dos ativos intangíveis não tem uma uniformidade padrão, o que faz com que os pesquisadores tenham dificuldade em defini-los (Moura, 2011; MOURA; THEISS; CUNHA, 2014). Para autores como Perez e Famá (2006) e Moura, Theis e Cunha (2014), ativo intangível é sinônimo de ativo intelectual e invisível, capital intelectual, recursos intangíveis e *goodwill*.

Machado e Famá (2011) entendem que ativos intangíveis não são simplesmente aqueles que não possuem existência física ou são intocáveis. Nascimento et al. (2012), entendem que os ativos intangíveis proporcionam direitos, benefícios futuros, além de representarem grande diferencial competitivo.

Já para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 04), ativos intangíveis são conhecimentos, sistemas, licenças, propriedade intelectual, reputação, imagem e marcas registradas, sendo identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros.

Segundo Barbosa e Gomes (2002, p. 2), os intangíveis são classificados em quatro tipos: “(1) conhecimento acadêmico e tácito de seus funcionários; (2) processos facilitadores de transferência e aquisição de conhecimento; (3) relacionamento com clientes, fornecedores e mercado de trabalho; e (4) capacitação em pesquisa e desenvolvimento.” Para Sveiby (1998), os ativos intangíveis são divididos em três grupos, a saber: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa

Quanto à mensuração dos ativos intangíveis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 04) estabelece que a entidade deve observar os gastos incorridos. Este pronunciamento esclarece ainda que o ativo intangível deve ser separável e resultar de direitos contratuais e legais, onde o referido ativo deve gerar benefícios econômicos em favor da entidade e seu custo deve ser mensurado com segurança, podendo a empresa optar pelo método de custo ou pela reavaliação da política contábil desde que, neste segundo, seja permitido legalmente.

No caso da mensuração da vida útil do ativo intangível, caso o mesmo possua vida útil definida, utiliza-se a abordagem de amortização, porém, quando não possui ou se não for possível obter com confiabilidade a sua determinação, utiliza-se a abordagem dos testes de delimitação (CPC 04).

Deste modo, após as definições e esclarecimentos do que são ativos intangíveis, qual a sua classificação e mensuração, faz-se necessário compreender quais são os critérios de reconhecimento destes ativos.

2.2 CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos tem um importante papel na contabilidade. Fernandes (1998) e Goulart (2002), comentam que os ativos representam o conjunto de bens e direitos que compõem benefícios futuros para a entidade, caracterizados principalmente por seu potencial de resultado econômico, podendo ser divididos em tangíveis (corpóreos) e intangíveis (incorpóreos).

No tocante aos ativos intangíveis, Kreuzberg, Rigo e Klann (2013) mencionam que os ativos intangíveis são bens e direitos incorpóreos, diretamente ligados a capacidade de geração de riquezas. Perez e Famá (2006) e Kayo et al. (2006) destacam que os AIs possuem como principal característica a singularidade, o que os torna únicos e de exclusiva propriedade, enquanto os ativos tangíveis podem ser adquiridos com maior facilidade.

Kayo et al. (2006) comentam que o reconhecimento dos ativos intangíveis em referência a sua área de estratégia são entendidos como recursos, dos quais incluem todos os ativos, informações, conhecimento dentre outros fatores que podem levar a empresa a obter lucros anormais e atuar como vantagem competitiva.

Perez e Famá (2006) alertam que o fato de um ativo existir não é o bastante para reconhecê-lo contabilmente. Hendriksen e Van Breda (1999), Crisóstomo (2009), Marin, Liszbinski e Krounbauer (2015) relatam que para ser feito o reconhecimento de qualquer ativo, faz-se imperativo que este se encaixe em todos os seus parâmetros específicos, quais sejam: definição apropriada, mensurabilidade, relevância e precisão.

No Brasil, o CPC 04 define algumas medidas específicas para a evidenciação de ativos intangíveis, algumas destas obrigatórias e outras voluntárias, devendo ser separadas por classe e por informações de valor de custo. Segundo Macêdo et al. (2014, p. 330) “a cada dia as empresas passam a evidenciar mais informações para atender aos órgãos reguladores (evidenciação compulsória), ou para demonstrar maior transparência na sua administração (evidenciação voluntária).”

Em suma, infere-se que a evidenciação dos ativos intangíveis é uma maneira do ente dar maior segurança e propiciar melhor simetria nas informações repassadas para o cliente, fornecedores, governo e *stakeholders* (MOURA, 2011). Notou-se, sobretudo, que é necessário que sejam seguidos sérios critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis, para que o registro seja a representação fiel e correta destes ativos e, deste modo, atuem como um diferencial e vantagem competitiva da organização.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

A articulação do presente artigo decorre da leitura de trabalhos com abordagens semelhantes, publicados em periódicos, sendo os estudos que contribuiram para o delineamento desta pesquisa, descritos a seguir de forma breve. Iniciando com a pesquisa de Perez e Famá (2006) que analisaram o impacto da presença de ativos intangíveis não contabilizados no desempenho das empresas. Os resultados indicaram o quanto a contabilidade das empresas objeto da análise (norte-americanas) necessitavam que fossem registrados os ativos intangíveis em seus balanços, pois, mostraram-se componentes estratégicos que impactavam no desempenho da entidade.

Decker et al. (2013), verificaram se existia relação entre os ativos intangíveis na rentabilidade das empresas listadas no Índice Bovespa. Foram analisadas as empresas listadas no Índice Bovespa da BM&FBovespa no período de 2006 a 2011, utilizando demonstrativos contidos no sítio da BM&FBovespa e métodos estatísticos *test t-Student* e correlação de Pearson. A pesquisa demonstrou que o grau de intangibilidade das empresas intangíveis-intensivas foi superior aos das empresas tangíveis-intensivas, porém, esta segunda apresentou um retorno patrimonial superior ao da primeira.

Macêdo et al. (2014) analisaram quais informações ambientais voluntárias eram mais evidenciadas pelas companhias abertas listadas no Índice Carbono Eficiente (ICO2) da

BM&FBovespa. A amostra compreendeu 34 companhias. A identificação das práticas de evidenciação ambiental voluntária ocorreu de acordo com o estudo de Murcia et al. (2008). Os resultados evidenciaram que entre as oito dimensões do índice, as informações sobre créditos de carbono se destacaram com maior nível de evidenciação. Aliado a isso, constatou-se que uma maior evidenciação ambiental voluntária contribuía para que as companhias fossem vistas como organizações mais transparentes e úteis perante a sociedade.

Moura, Theiss e Cunha (2014) analisaram a relação existente entre a proporção dos ativos intangíveis no ativo total e o gerenciamento de resultados em empresas brasileiras listadas em diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. A amostra compreendeu 203 companhias abertas, listadas em diferentes níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa, onde foi analisado o percentual dos ativos intangíveis em relação ao ativo total e o gerenciamento de resultados por meio de informações colhidas nas notas explicativas, relatórios da administração e banco de dados Economatica relativos ao período de 2009 a 2010. Os resultados evidenciaram que havia uma boa representatividade de intangíveis e índices consideráveis de gerenciamento de resultados. Demonstram também que houveram correlações estatisticamente significativas entre intangibilidade e gerenciamento de resultados somente entre as empresas listadas no Novo Mercado.

Viviani et al. (2014) analisaram a relação existente entre a evidenciação ambiental voluntária e os indicadores de desempenho empresarial de companhias abertas participantes do índice carbono eficiente (ICO2). A amostra compreendeu 26 empresas de diferentes níveis de governança corporativa e setores econômicos da BM&FBovespa que se encontravam listadas no ICO2. Os resultados revelaram que a variável índice de evidenciação ambiental voluntária não apresentou correlação estatisticamente significativa com os indicadores de desempenho empresarial.

Percebe-se que a maioria das pesquisas apresentadas evidencia principalmente o quanto os ativos intangíveis atuam como um diferencial na empresa, seja na geração de valor, desempenho empresarial, rentabilidade, gerenciamento de resultados. Pode-se perceber que evidenciação dessas informações na companhia de forma voluntária ou involuntária é de suma importância para transmitir segurança e refletir de forma positiva na imagem da empresa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo proposto de analisar a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente (ICO2) da BM&FBovespa, o referido estudo utilizou-se de pesquisa descritiva, documental e abordagem quantitativa dos dados.

No que concerne aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. Segundo Gil (2008, p. 28) “a pesquisa descritiva objetiva principalmente descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis, significativamente utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados”. Esta pesquisa buscou descrever a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente da BM&FBovespa, baseando-se no reagrupamento de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998), em que os ativos intangíveis são divididos em três grupos, quais sejam: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa.

Quanto aos procedimentos, classifica-se como documental. Segundo Silva e Grigolo (2002) esse tipo de pesquisa busca introduzir valor as informações coletadas, selecionando-as com cuidado, para análise ainda de forma bruta.

Neste estudo, foram utilizadas informações constantes no sítio da BM&FBovespa. Do balanço patrimonial foram retirados os valores do ativo total e do ativo intangível. Ao passo que, as informações pertinentes ao tipo de ativo intangível evidenciado pelas empresas do ICO2 foram retiradas das notas explicativas, analisadas uma a uma, ao longo dos anos de 2010 a 2015.

O período selecionado para a análise (2010 a 2015), justifica-se pelo fato de que antes do ano de 2010 a maioria das empresas do ICO2 não divulgavam os dados sobre o intangível nas notas explicativas, ponto principal do trabalho.

Quanto à abordagem, este estudo enquadra-se como quantitativo. Richardson (2012) afirma que este tipo de pesquisa caracteriza-se por empregar quantificação na coleta e tratamento das informações, utilizando técnicas estatísticas. Este estudo, utilizou análise estatísticas descritivas (média, mínimo, máximo e desvio padrão) para interpretar os dados.

Além de descrever a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no ICO2, comparando-os com o ativo total das respectivas empresas, as quais foram divididas de acordo com os níveis de governança corporativa da BM&FBovespa, a saber: mercado tradicional, nível 1, nível 2 e novo mercado. No Quadro 1 podem-se observar as empresas que compõem o índice de carbono eficiente da BM&FBOVESPA (ICO2).

Quadro 1 – Listagem das empresas do ICO2

AMBEV S.A.	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS – CEMIG	NATURA COSMETICOS S.A.
BCO BRADESCO S.A.	CIELO S.A.	OI S.A.
AMBEV S.A.	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS – CEMIG	NATURA COSMETICOS S.A.
BCO BRADESCO S.A.	CIELO S.A.	OI S.A.
BCO BRASIL S.A.	FIBRIA CELULOSE S.A.	RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.
BMFBOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
BR MALLS PARTICIPACOES S.A.	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
BRADSPAR S.A.	JBS S.A.	TIM PARTICIPACOES S.A.
BRASKEM S.A.	KLABIN S.A.	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.
BRF S.A.	LOJAS AMERICANAS S.A.	VALE S.A.
CCR S.A.	LOJAS RENNER S.A.	
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se no Quadro 1, que o índice de carbono eficiente é composto por 28 empresas (população do estudo). Contudo, algumas empresas apresentaram informações insuficientes para a realização da análise dos dados sobre os tipos de ativos intangíveis evidenciados, quais sejam: Ambev S.A., Bradespar S.A., Klabin S.A., Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Diversos tipos de empresas participam do ICO2, indústrias, grandes bancos brasileiros, distribuidoras, empresas de telecomunicação, mineradoras, entre outras. Segundo informações constantes na BM&FBovespa, o ICO2 é um indicador de extrema importância, posto que, por meio de uma evidenciação ambiental voluntária, vem adotando práticas eficientes quanto a emissão de gases do efeito estufa (GEE), assim, atuando em uma economia chamada de “baixo carbono”.

A importância de se estudarem as empresas do ICO2 e o tema ativos intangíveis é amparada em pesquisas empíricas que foram realizadas, bem como, nas afirmações feitas por alguns pesquisadores. Por exemplo, autores como Barbosa, Silva e Almeida (2013), ressaltaram a importância das empresas listadas no ICO2 em um cenário econômico e ambientalmente correto; Macêdo et al. (2014) enfatizaram a evidenciação ambiental voluntária em companhias listadas no ICO2; Souza et al. (2014) analisaram as ações empresariais adotadas nas empresas participantes do ICO2.

No que concerne aos ativos intangíveis, percebe-se que estes vem assumindo um papel de destaque no cenário empresarial, conforme atestado em pesquisas como quanto a governança corporativa (MACHADO; FAMÁ, 2011), o ciclo de vida e criação de valores (KAYO et al., 2006), características estratégicas e o desempenho econômico empresarial (PERES; FAMÁ, 2006), (MACHADO; FAMÁ, 2011), gerenciamento de resultado (MOURA; THEISS; CUNHA, 2014), evidenciando a relevância dos mesmos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contém a descrição e análise dos dados coletados. Primeiramente apresenta-se valor dos ativos intangíveis das empresas do ICO2 de acordo com os níveis de governança corporativa. Na sequência, traz-se o percentual dos intangíveis em relação ao ativo total e fixo. Por último, evidenciam-se quais são os tipos de ativos intangíveis de cada uma das empresas objeto da amostra.

Na Tabela 1 podem-se observar os valores dos ativos intangíveis das empresas do ICO2, no período de 2010 a 2015, divididas de acordo com os níveis de governança corporativa.

Tabela 1 - Valores dos ativos intangíveis das empresas do período de 2010 a 2015 de acordo com os níveis de governança corporativa da BM&FBovespa

Setor econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2015					
Mercado Tradicional	5	-	15.820.881,15	4.796.688,40	6.643.592,38
Nível 1	9	-	7.274.400,00	2.836.666,89	2.306.839,60
Nível 2	1	13.264,29	13.264,00	13.264,00	-
Novo Mercado	13	-	13.463.587,94	3.391.196,38	4.419.278,64
Totais	28	-	36.572.133,09	2.382.511,93	13.369.710,62
2014					
Mercado Tradicional	5	-	15.436.512,00	3.896.688,40	6.643.592,38
Nível 1	9	-	6.495.000,00	1.936.666,89	2.306.839,60
Nível 2	1	11.337,00	11.337,00	11.337,00	-
Novo Mercado	13	-	9.707.106,00	2.291.196,38	3.319.278,64
Totais	28	-	15.436.512,00	2.382.511,93	3.703.432,85
2013					
Mercado Tradicional	5	-	14.975.663,00	3.682.760,80	6.458.215,65
Nível 1	9	-	5.700.657,00	1.730.752,00	2.076.095,10
Nível 2	1	9.300,00	9.300,00	9.300,00	-
Novo Mercado	13	-	4.908.962,00	1.327.689,08	2.042.118,82
Totais	28	-	14.975.663,00	1.830.708,21	3.192.618,02
2012					
Mercado Tradicional	5	-	11.708.212,00	2.971.269,40	5.039.886,57
Nível 1	9	-	4.975.556,00	2.203.017,22	2.177.480,31
Nível 2	1	8.654,00	8.654,00	8.654,00	-
Novo Mercado	13	-	4.751.661,00	1.274.555,15	1.993.341,33
Totais	28	-	11.708.212,00	1.830.763,32	2.737.306,69
2011					
Mercado Tradicional	5	-	19.828.404,00	6.864.522,60	8.913.073,33
Nível 1	9	-	5.261.181,00	1.933.440,33	2.197.976,61
Nível 2	1	7.100,00	7.100,00	7.100,00	-
Novo Mercado	13	-	7.454.336,00	1.650.474,62	2.575.556,47
Totais	28	-	19.828.404,00	2.613.815,93	4.510.852,16

Continua...

...continuação

Setor econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2010					
Mercado Tradicional	5	-	12.667.244,00	3.031.232,80	5.437.934,77
Nível 1	9	-	4.881.765,00	1.863.785,22	2.064.730,26
Nível 2	1	7.655,00	7.655,00	7.655,00	-
Novo Mercado	13	-	7.380.772,00	1.404.481,38	2.455.020,66
Totais	28	-	12.667.244,00	1.792.719,43	2.966.328,97

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, as empresas do mercado tradicional foram as que apresentaram as maiores médias dos valores de ativos intangíveis no período de 2010 a 2015, resultado este que destoa do encontrado por Moura, Theiss e Cunha (2014), vez que, no período analisado pelos autores (2009 e 2010) os maiores valores de intangíveis foram registrados pelas empresas do novo mercado.

Destaca-se que a empresa “JBS”, do setor de consumo não cíclico, foi aquela que teve a maior média do período dentre as empresas do mercado tradicional. Nota-se que o valor mínimo neste nível foi zero, denotando que existem empresas que não possuíam registro de ativos intangíveis, quais sejam: Lojas Americanas, do setor de consumo cíclico e Suzano Papel, do setor de materiais básicos.

Ao passo que o valor máximo foi de R\$ 12.667.244,00 em 2010, elevando-se para R\$ 15.436.512,00 em 2014, registrado pela empresa JBS do mercado tradicional, seguida da empresa CCR SA do novo mercado, setor de construção e transporte.

Outro ponto interessante a se mencionar é que a CCR SA não teve registro de intangíveis em seu balanço nos anos de 2012 e 2013. O desvio padrão por sua vez, evidenciou baixa homogeneidade entre as empresas do mercado tradicional.

Também é possível verificar, ainda na Tabela 1, que a média entre as empresas do novo mercado foi inferior à média das empresas do nível 1 no período de 2010 a 2013, porém, no ano de 2014 as empresas do novo mercado apresentaram média superior (R\$ 2.291.196,38).

De modo geral, percebe-se que o valor médio dos ativos intangíveis, que no ano de 2010 era equivalente a R\$ 1.792.719,43, elevou-se para R\$ 2.613.815,93 em 2011, reduziu para R\$ 1.830.763,32 em 2012, apresentou um pequeno aumento em 2013 (R\$ 1.830.763,32) e elevou-se para R\$ 2.382.511,93 em 2014. Portanto, apresentando uma variação positiva de aproximadamente 33% de 2010 para 2014.

Julgou-se ainda interessante analisar a representatividade dos intangíveis em relação ao ativo total dentro de cada nível de governança corporativa da BM&FBovespa, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 - Representatividade dos intangíveis no ativo total das empresas no período de 2010 a 2015 de acordo com os níveis de governança corporativa da BM&FBovespa

Setor econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2015					
Mercado Tradicional	5	-	0,21	0,20	0,09
Nível 1	9	-	0,15	0,09	0,05
Nível 2	1	0,00	0,00	0,00	-
Novo Mercado	13	-	0,37	0,47	0,12
Totais	28	-	0,73	0,76	0,26

Continua...

...continuação

Setor econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2014					
Mercado Tradicional	5	-	0,19	0,05	0,08
Nível 1	9	-	0,14	0,04	0,05
Nível 2	1	0,00	0,00	0,00	-
Novo Mercado	13	-	0,56	0,10	0,16
Totais	28	-	0,56	0,07	0,12
2013					
Mercado Tradicional	5	-	0,22	0,06	0,09
Nível 1	9	-	0,15	0,04	0,05
Nível 2	1	0,00	0,00	0,00	-
Novo Mercado	13	-	0,17	0,06	0,08
Totais	28	-	0,22	0,05	0,07
2012					
Mercado Tradicional	5	-	0,24	0,06	0,10
Nível 1	9	-	0,14	0,04	0,05
Nível 2	1	0,00	0,00	0,00	-
Novo Mercado	13	-	0,19	0,06	0,08
Totais	28	-	0,24	0,05	0,07
2011					
Mercado Tradicional	5	-	0,30	0,12	0,15
Nível 1	9	-	0,15	0,05	0,06
Nível 2	1	0,00	0,00	0,00	-
Novo Mercado	13	-	0,58	0,09	0,16
Totais	28	-	0,58	0,08	0,13
2010					
Mercado Tradicional	5	-	0,28	0,07	0,12
Nível 1	9	-	0,16	0,05	0,06
Nível 2	1	0,00	0,00	0,00	-
Novo Mercado	13	-	0,58	0,08	0,16
Totais	28	-	0,58	0,07	0,13

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 2, que o novo mercado destacou-se com o maior índice médio de intangibilidade, ou seja, dentre o ativo total, as empresas desse nível de governança possuíam, em média, nos anos de 2010 e 2015, o equivalente a 10% e 8% de ativos intangíveis. Todavia, destaca-se que tais empresas obtiveram médias iguais as do mercado tradicional nos anos de 2012 e 2013, enquanto o mercado tradicional obteve maior média no ano de 2011.

Verificou-se que as empresas com maiores percentuais de representatividade do novo mercado foram empresas do setor de construção e transporte, telecomunicações e materiais básicos (Rumo Log, CCR SA, Fibria). Percebe-se que esse cenário mudou desde a pesquisa realizada por Moura, Theiss e Cunha (2014) nos de 2009 e 2010, visto que, os autores verificaram que o setor do novo mercado de maior representatividade de intangível no ativo total foram os setores de construção e transporte, utilidade pública e consumo não cíclico.

Observa-se que a empresa representante do Nível 2 (Klabin SA) não registrou percentual de ativos intangíveis em relação ativo total. Algumas outras empresas dos demais níveis de governança corporativa também não tiveram representatividade dos intangíveis no ativo total, como a BR Malls Par e o Bradesco, por exemplo. O maior percentual de ativos

intangíveis no ativo total que foi evidenciado, refere-se ao registrado pela empresa Rumo Log (setor de construção e transporte – novo mercado), nos anos de 2010 e 2011 (58%).

No geral, o desvio padrão observado nas empresas deste nível, mostrou que os dados estão espalhados por uma gama de valores. Em outras palavras, não há uma homogeneidade nos percentuais de intangíveis no ativo total registrados pelas empresas do novo mercado, mostrando-se que os valores estão mais dispersos em relação à média. Ao passo que houve maior homogeneidade nos percentuais nas empresas do nível 1.

De forma geral, ao analisar máximas, médias e desvio padrão, nota-se que nos anos de 2010 e 2011 houve um registro percentual maior de ativos intangíveis em relação ao ativo total, comparativamente aos demais anos da amostra.

Infere-se que tais registros em quantidades maiores, nos respectivos anos, é reflexo da adoção das novas normas e, na época, da recente obrigatoriedade do registro destes elementos, vez que, passou a ser obrigatório o registro de intangíveis no balanço patrimonial após a edição da Lei nº 11.638/2007, que tornou compulsória a introdução do Intangível no Ativo Não Circulante.

Em seguida, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (2008), com base no *International Accounting Standard* (IAS) 38, estabeleceu critérios de contabilização relativos ao reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, exigindo a divulgação de informações específicas sobre eles em notas explicativas aos relatórios institucionais das empresas.

Observa-se ainda na Tabela 2, que as empresas de nível 1 apesar de terem menor percentual comparadas as que tiveram maior representatividade, foram as que mantiveram resultados mais estáveis, enquanto o mercado tradicional e o novo mercado registraram maiores oscilações de aumento e queda no percentual de intangíveis no ativo total, até o ano de 2014.

Após observar o percentual de ativo intangível no ativo total, entende-se que seria proveitoso analisar-se a representatividade dos ativos intangíveis no ativo fixo das empresas no período de 2010 a 2015, novamente dentro de cada nível de governança corporativa da BM&FBovespa.

Tabela 3 – Representatividade dos intangíveis no ativo fixo das empresas no período de 2010 a 2015 de acordo com os níveis de governança corporativa da BM&FBovespa

Setor econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2015					
Mercado Tradicional	5	-	32,43	35,60	17,57
Nível 1	9	-	40,32	39,60	12,85
Nível 2	1	0,13	0,15	0,14	-
Novo Mercado	13	-	95,41	91,25	26,39
Totais	28	-	168,31	166,59	56,81
2014					
Mercado Tradicional	5	-	38,76	11,94	17,04
Nível 1	9	-	39,08	9,21	13,24
Nível 2	1	0,13	0,13	0,13	-
Novo Mercado	13	-	87,08	23,78	29,53
Totais	28	-	87,08	16,14	23,23
2013					
Mercado Tradicional	5	-	41,38	12,29	18,09
Nível 1	9	-	37,84	8,77	12,46
Nível 2	1	0,15	0,15	0,15	-
Novo Mercado	13	-	78,75	16,53	23,25
Totais	28	-	78,75	12,69	18,78

Continua...

...continuação

Setor econômico da BM&FBovespa	Nº empresas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2012					
Mercado Tradicional	5	-	41,56	12,67	18,32
Nível 1	9	-	36,99	14,43	15,86
Nível 2	1	0,15	0,15	0,15	-
Novo Mercado	13	-	79,54	16,52	23,26
Totais	28	-	79,54	14,58	19,36
2011					
Mercado Tradicional	5	-	53,56	23,18	24,77
Nível 1	9	-	39,77	15,43	17,15
Nível 2	1	0,13	0,13	0,13	-
Novo Mercado	13	-	94,53	19,96	26,49
Totais	28	-	94,53	18,37	22,60
2010					
Mercado Tradicional	5	-	45,42	14,41	19,26
Nível 1	9	-	41,31	15,96	17,23
Nível 2	1	0,15	0,15	0,15	-
Novo Mercado	13	-	94,94	18,13	26,58
Totais	28	-	94,94	16,13	21,65

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 3 que dentro dos anos analisados, as empresas do novo mercado sobressaíram-se com maiores as médias de representatividade dos ativos intangíveis no ativo fixo em praticamente todos os anos da análise, a exceção do ano de 2011 onde o mercado tradicional obteve maior média. Percebe-se que existem empresas que não possuem ativos intangíveis, desta forma o valor mínimo encontrado foi zero.

O maior percentual de ativo intangível no ativo total foi evidenciado pela empresa Vale (setor de materiais básicos – nível 1), no ano de 2010. Porém, de modo geral foram as empresas do novo mercado que registraram os maiores percentuais (94,94%).

Nota-se ainda que, o desvio padrão das empresas do novo mercado apresentou valores altos e oscilação ao longo dos anos, indicando que os dados destas empresas estão espalhados por uma gama de valores, portanto, estão mais dispersos em relação à média.

Observa-se que a empresa de nível 2 Klabin SA, comparada as demais, obteve as menores médias, na sequência vem as de nível 1 onde dentro do período de análise sofreu quedas e oscilações fechando 2014 com média de 9,21%.

A segunda menor média trata-se das empresas do mercado tradicional, que em 2010 registraram um percentual de 14,41%, aumentando em 2011 e depois veio sofrendo declínio nos anos seguintes, terminando 2014 com 11,94%. A propósito, a empresa do mercado tradicional que teve a menor média percentual de intangíveis em relação ao ativo total, foi a Americanas.

Percebe-se que de forma geral, ao longo dos anos em estudo, houveram oscilações de queda e aumento nos diversos níveis de governança corporativa no tocante aos percentuais de ativos intangíveis no ativo fixo, porém, não foram de grande magnitude.

Por fim, buscaram-se os intangíveis evidenciados nos relatórios contábeis que compõem o subgrupo ativo intangível no balanço patrimonial das empresas e, posteriormente, realizou-se o reagrupamento de acordo com a classificação proposta por Sveiby (1998), em que os ativos intangíveis são divididos em três grupos, a saber: competência dos funcionários, estrutura interna e estrutura externa, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Ativos intangíveis evidenciados pelas empresas da amostra no período de 2010 a 2015

Intangíveis evidenciados na amostra pesquisada	Total Empr.	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Capital Interno													
Softwares/Sistemas informatizados	28	19	68	20	71	20	71	20	71	19	68	19	68
Softwares em andamento/desenvol.	28	2	7	4	14	5	18	5	18	5	18	5	18
Direitos de uso de infraestrutura	28	2	7	3	11	3	11	4	14	3	11	3	11
Intangíveis em desenvolvimento	28	3	11	3	11	3	11	3	11	3	11	3	11
Tecnologia	28	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4
Desenvolvimento de projetos	28	2	7	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4
Direitos por aquisição de folha pagto	28	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7
Capital Externo													
Marcas e patentes	28	8	29	8	29	9	32	9	32	11	39	11	39
Contratos de Concessão	28	10	36	7	25	8	29	9	32	6	21	6	21
Contratos de exclusividade	28	0	0	0	0	1	4	1	4	0	0	0	0
Licenças regulatórias	28	1	4	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7
Ágio sobre investimentos	28	16	57	15	54	16	57	18	64	18	64	18	64
Relacionamento com clientes	28	1	4	2	7	3	11	4	14	4	14	4	14
Carteira de clientes	28	3	11	3	11	4	14	4	14	5	18	5	18
Relacionamento com fornecedor	28	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4
Contratos com clientes e fornecedores	28	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7
Acordos de não competição	28	1	4	1	4	2	7	2	7	2	7	2	7
Uso de lavras	28		0		0	1	4	1	4	1	4	1	4
Fidelização de integrados	28	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4
Fundo de comércio	28	3	11	3	11	3	11	3	11	3	11	3	11
Direitos de exploração	28	3	11	3	11	3	11	2	7	2	7	2	7
Competências dos funcionários													
<i>Know-how</i>	28		0		0		0		0		0		4
Outros intangíveis (não detalhados)													
Outros intangíveis	28	25	89	24	86	25	89	25	89	22	79	23	82

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 apresenta os tipos de ativo intangível que compõem o grupo ativo intangível do balanço patrimonial e que foram citados de forma narrativa e mensurados individualmente nos relatórios anuais de administração e nas notas explicativas das empresas analisadas referentes ao período de 2010 a 2015. Contudo, algumas empresas apresentaram informações insuficientes para a realização da análise dos dados sobre tipos de ativos intangíveis evidenciados, quais sejam: Ambev S.A., Bradespar S.A., Klabin S.A., Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.

Seguindo a classificação de Sveiby (1998), os resultados indicaram que as empresas sob análise possuíam uma estrutura intangível interna composta por *softwares/sistemas informatizados*, *softwares* em andamento/desenvolvimento, direitos de uso de infraestrutura, intangíveis em desenvolvimento, tecnologia, desenvolvimento de projetos e direitos por aquisição de folha de pagamento.

Uma estrutura externa composta por marcas e patentes, contratos de concessão, contratos de exclusividade, licenças regulatórias, ágio sobre investimentos, relacionamento com clientes, carteira de clientes, relacionamento com fornecedor, contratos com clientes e fornecedores, acordos de não competição, uso de lavras, fidelização de integrados, fundo de comércio e direitos de exploração.

Em relação à competência dos funcionários, não foram identificados intangíveis nessa classificação. Ressalta-se que, muitas empresas deixaram de detalhar alguns de seus AIs, desta forma, identificando-os como outros intangíveis.

Dentre os intangíveis evidenciados destacaram-se no período, os *softwares* (registrados como intangíveis por aproximadamente 70% das empresas da amostra); ágio sobre investimento (cerca de 59%); marcas e patentes (32,2%); contratos de concessão (28,6) e outros intangíveis (torno de 86%). Percebe-se que de 2010 a 2014 houve um acréscimo principalmente em marcas e patentes, ágio sobre investimentos e carteira de clientes.

Outros estudos já realizados identificaram, em linhas gerais, classificações de tipos de intangíveis similares aos verificados por esta pesquisa. Por exemplo, Antunes et al. (2009) identificaram como intangíveis mais utilizados os *softwares* (79%), ágio (63%) e marcas e patentes (31%); Cunha et al. (2010) o destaque foi para os *softwares* (72%), ágio (37,5%) e marcas e patentes (30%); Rita et al. (2010) identificou ágio (73,4%), *softwares* (15%) e direitos contratuais (8,66%) como os de maior relevância; Moura (2011) constatou uma maior evidência de *softwares* (85%), ágio sobre investimento (49%), contratos e concessão (36%) e marcas e patentes (31%).

Desta forma, percebe-se que assim como nestas pesquisas mencionadas foram identificados como intangíveis mais destacados pelas empresas brasileiras, os *softwares*, ágio, marcas e patentes e contratos de concessão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar a composição dos ativos intangíveis das empresas listadas no índice de carbono eficiente (ICO2) da BM&FBOVESPA, verificando o valor dos ativos intangíveis, o percentual dos intangíveis em relação ao ativo total e fixo, os tipos de ativos intangíveis evidenciados nas empresas objeto da amostra de acordo com os níveis de governança corporativa ao qual submetem-se.

Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados, em uma amostra que compreendeu 28 companhias listadas no ICO2, onde foram utilizadas informações constantes no sítio da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa), especificamente do balanço patrimonial e notas explicativas das respectivas empresas, dividindo-as nos níveis de governança corporativa ao qual pertencem.

Os resultados demonstraram que as empresas do mercado tradicional apresentam maior relevância dos valores de ativos intangíveis, enquanto as do novo mercado obtiveram maior representatividade dos ativos intangíveis no ativo total e fixo.

De forma geral, percebeu-se que os ativos intangíveis vem manifestando variação ascendente ao longo dos anos. Apesar das oscilações de aumento e queda registradas no período de 2010 a 2015 houveram avanços no registro destes elementos pelas empresas, além de maior variabilidade de intangíveis demonstrados nas notas explicativas.

O dados mostraram que os intangíveis mais evidenciados nos relatórios contábeis foram *softwares*, evidenciados por aproximadamente 70% das empresas, seguido por ágio sobre investimento com cerca de 59%, marcas e patentes com 32,2%, contratos de concessão que representam 28,6 e outros intangíveis em torno de 86%.

Constatou-se que dentro do período de análise prevaleceu uma evidência maior de intangíveis ao longo dos anos, onde esse acréscimo é encontrado principalmente em marca e patentes, ágio sobre investimento e carteira de clientes.

Concluiu-se que as empresas brasileiras vem aumentando gradativamente o registro dos ativos intangíveis em seus balanços, desde a sua obrigatoriedade que se deu após o advento da Lei nº 11.638/2007 e posterior regulamentação dos critérios de contabilização relativos ao

reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis feitos por meio do Pronunciamento Técnico CPC 04 de 2008.

Pelos estudos que realizados até o momento, amparado nos próprios resultados desta pesquisa, percebeu-se que a proporção de investimentos em ativos intangíveis passou a ser expressiva ao longo dos anos, em contraste com o desinteresse de outrora.

Infere-se, portanto, que a ascendência de registros e relevância dos intangíveis haverá de perdurar, visto que, como já comprovado por alguns estudos, dentre outras coisas, a qualidade da informação contábil aumenta consideravelmente com a inserção deste ativo.

A limitação desta pesquisa repousou no fato de que algumas empresas ainda não divulgaram os intangíveis em seus balanços, dificultando uma análise mais apurada e completa. Ademais, os anos da análise mostraram-se como outra limitação do estudo, vez que, no período anterior a 2010 poucas empresas faziam o registro do intangível em seu balanço patrimonial.

Como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se estudar a referida amostra em anos posteriores; a realização da análise de companhias que compõem outros índices da BM&FBovespa; a combinação dos intangíveis das empresas desta amostra com o gerenciamento de resultados ou mesmo com o desempenho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; S, Luciana C.P.; SAIKI, T.G. 2009. Evidenciação dos Ativos Intangíveis (Capital Intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei nº 11.638/07. In: Congresso Brasileiro de Custos, 16, Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza, ABC, p. 1-15.

BARBOSA, José Geraldo P.; GOMES, Josir Simeone. Um estudo exploratório do controle gerencial de ativos e recursos intangíveis em empresas brasileiras. **Revista administração contemporânea**, v. 6, n. 2, Curitiba, maio/agosto, 2002.

BARBOSA, Josilene da S.; ALTOÉ, Stella M. Lima; SILVA, Wesley V.; ALMEIDA, Lauro B. de. Índice carbono eficiente (ICO2) e retorno das ações: um estudo de eventos em empresas não financeiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 19, Universidade Federal do Paraná, outubro, 2013.

BM&FBovespa. **Segmento de Listagem**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoCarteiraTeorica.aspx?Indice=ICO2&idioma=pt-br>.

Acesso em: novembro de 2015.

BRASIL. Lei nº 11.638, de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: dezembro de 2015.

CASSIMIRO LIMA, Áurea Isis; SOUZA, André Luis; FARIA, Joliano Almeida; RODRIGUES, Lívia. Previsão das séries temporais do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da BM&FBovespa: uma análise por meio de modelos de alisamento exponencial. **Revista Exacta**, v. 12, n. 3, Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil, 2014.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, p. 50-68, Brasília, jan/abr, 2009.

CUNHA, Alessandra Garcia da; SOUZA, Andréia Alves de; SANTANA, Luiz Felipe de; MAGALHÃES, Vanessa Gonçalves de; PELEGRINI, Verônica Siqueira; MALAQUIAS, Rodrigo F. Evidenciação de Ativos Intangíveis: um Estudo com Empresas Brasileiras. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 7, Resende, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro, AEDB.

DECKER, Fabiana; ENSSLIN, Sandra Rolim; REINA, Diane Rossi Maximiano; REINA, Donizete. A relação entre os ativos intangíveis e a rentabilidade das empresas listadas no índice Bovespa. **Reuna**, v.18, n. 4, p. 75-98, Belo Horizonte - MG, Brasil, out/dez. 2013.

FERNANDES, Tania Maria da Conceição Benthier Machado. **Ativo e sua mensuração**. Caderno de estudos, n.18, São Paulo, Maio/Agosto, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, André Moura Cintra. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. **Revista contabilidade e finanças**, v.13, n. 28, São Paulo, jan./abr, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2002.

_____; KIMURA, Herbert; MARTIN, Diógenes Manoel Leiva; NAKAMURA, Wilson Toshiro. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, Curitiba, jul./set., 2006.

KREUZBERG, Fernanda; RIGO, Vitor Paulo; KLANN, Roberto Carlos. Relação entre os indicadores de desempenho financeiro e a intangibilidade dos ativos: um estudo das empresas listadas na BM&FBovespa. In: XVII SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, p. 1-15.

LEITE, Thaís Silva; SANTOS, David Ferreira Lopes. A relação dos ativos intangíveis e o valor de mercado na indústria de materiais básicos do Brasil. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 4, n. 1, Aquidabã, Jan, Fev, Mar, Abr, Mai, Jun, 2013.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; MOURA, Geovanne Dias de; GOLLO, Vanderlei; KLANN, Roberto Carlos. Evidenciação ambiental voluntária de companhias listadas no índice carbono eficiente da BM&FBovespa. **RACE**, Unoesc, v. 13, n. 1, p. 329-352, jan./abr., 2014.

MACHADO, Julio Henrique; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 16, p. 89-110, Florianópolis, Brasil, jul./dez., 2011.

MARIN, Julia Karsburg; LISZBINSKI, Bianca Bigolin; KRONBAUER, Clóvis Antônio. Análise do reconhecimento contábil de ativos intangíveis em empresas brasileiras do setor financeiro. **ReCont: Registro Contábil**, v. 6, n. 2, Ufal, Maceió/AL, mai./ago., 2015.

MOURA, Geovanne Dias de; THEISS, Viviane; CUNHA, Paulo Roberto. Ativos intangíveis e gerenciamento de resultados: uma análise em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 11, n. 2, Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil, abril/junho, 2014.

_____. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa**: Uma análise de empresas listadas na Bovespa. Blumenau, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 102 p., 2011.

NASCIMENTO, Eduardo Mendes; MARQUES, Vagner Antônio; OLIVEIRA, Marleide Cerqueira de; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Ref. Cont.**, v. 31, n. 1, p.37-35, UEM Paraná, Janeiro/abril, 2012.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Características estratégicas dos Ativos Intangíveis e o desempenho econômico da empresa. **eGesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v. 2, n. 2, abr./jun., 2006.

_____. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista contabilidade e finanças**, v. 17, n. 40, São Paulo, jan./abr., 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo intangível**. Disponível em: <static.cpc.mediatgroup.com.br/.../187_CPC_04_R1_rev%2006.pdf>. Acesso em: novembro de 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed., 14 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

RITTA, C.O.; ENSSLIN, S.R.; RONCHI, S.H. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: Empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo Largo, 9 (1):62-75, 2010.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tênis Maris. Metodologia para iniciação científica a prática da pesquisa e da extensão II. **Caderno pedagógico**. Florianópolis: Udesc, 2002.

SVEIBY, K.E. **A Nova Riqueza das Organizações**: Gerenciando e Avaliando Patrimônios de conhecimento. Rio de Janeiro, Campus, 260 p., 1998.